

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS, ESTADO DO PARANÁ.**

Processo 0001235-39.2019.8.16.0123

**SERRARIAS CAMPOS DE PALMAS S/A – EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, já qualificada nos autos em epígrafe, através
de seu advogado infra-assinado, vem, com o máximo e habitual,
acatamento, perante Vossa Excelência, face o despacho 1543.1,
apresentar manifestação, nos seguintes termos:

01. Pelo respeitável despacho o MM. Juiz
determina a intimação da recuperanda, para se manifestar quanto a
essencialidade do imóvel indicado a penhora matriculado sob nº 1.930 do
CRI de Mangueirinha, mencionando a situação já ocorrida na decisão do
mov. 1543.1, onde foi declarada a essencialidade do imóvel matriculado
sob nº 2.175 do CRI de Mangueirinha.

02. Conforme já bem salientado no pedido do
mov. 1.371.1, não se pode penhorar os bens que poderão ser considerados
indispensáveis a atividade produtiva da empresa recuperanda.

Neste sentido o imóvel em questão, se trata de
uma área rural objeto de plantio de árvores que são essenciais para a
atividade da recuperanda e também que está em garantia reais para
terceiros credores.



Assim também deve após a apresentação de manifestação por parte da administradora judicial, a declaração da essencialidade do imóvel matrícula sob nº 1930.

03. Com relação aos demais itens decididos pelo MM. Juiz (retificação de valor dentro da mesma classe), a própria credora RUTCKEVISKI & CIA LTDA já opôs novos embargos de declaração para correção dos valores apresentados, devendo a recuperanda aguardar nova decisão para apresentar sua manifestação.

04. Diante do exposto, requer respeitosamente a Vossa Excelência digno-se Vossa Excelência, receber a presente manifestação aos sobreditos autos, vindo a conhece-la e deferi-la para o fim especial de declarar a essencialidade da área rural matriculada sob nº 1930 do CRI de Manguueirinha, após a intimação da Administradora Judicial.

Nestes termos, respeitosamente, pede deferimento.

Palmas - PR, 01 de abril de 2.024.

Aloisio de Camargo Fonseca-adv.
OAB/PR 17.621

